

GES
PCP

ORGÃO DOS CAMPONESES DE PORTUGAL

SÓ COM UMA REFORMA AGRÁRIA A LAVOURA PODE SAIR DO ATRASO E DA RUÍNA

No nosso último número fizemos referências a uma importante luta dos produtores de trigo. Mas todos os que se dedicam ao trabalho da terra sabem que as dificuldades — a verdadeira ruína — não existem só para esses agricultores.

Em virtude da política seguida por um regime que defende unicamente os interesses dos grandes monopólios e dos latifundiários, a grande massa do camponato, não só os que nada possuem — os operários agrícolas —, mas também os pequenos e médios agricultores, tem sido sacrificada.

Com o passar dos anos a situação torna-se cada vez mais grave e, por isso, não é de admirar que mesmo em jornais salazaristas e em reuniões de lavradores encabeçadas por salazaristas se levantem com mais nitidez vozes a protestar contra a ruína da lavoura e a reclamar remédio para isso.

Ainda recentemente, numa importante reunião de lavradores realizada em Castelo Branco, foi colocada a necessidade de melhores preços para os produtos agrícolas e a descida dos preços dos adubos (foram indicados motivos para que baixassem para metade), do gasóleo, etc.

Na verdade o governo de salazar tem imposto uma relação entre os preços dos produtos agrícolas e dos produtos industriais que prejudica a pequena e média lavoura. Os actuais preços dos produtos agrícolas são compensadores para os grandes produtores e servem os interesses dos muitos intermediários que parasitam entre a produção e o consumo. Ao contrário, os preços dos adubos, das alfais, dos fungicidas e insecticidas, etc., são elevados conferindo aos grandes monopólios, quer nacionais quer estrangeiros, volumosos lucros.

Com preços mais compensadores para os produtos agrícolas e com adubos e outros produtos necessários à lavoura mais baratos, já os pequenos e médios agricultores poderiam dispender com a terra muito mais, enriquecendo-a e retirando dela um maior rendimento.

Mas, além disso, é absolutamente necessário, para retirar a lavoura do atraso secular em que vive, uma nova estrutura agrária. Não é possível assentar em propriedades de área demasiado pequena o sustento de uma família inteira. Não é possível a um rendeiro ou parceiro trabalhar a terra e, depois dum ano de canceiras, entregar todo o produto do seu trabalho ao dono

da terra.

É necessário dar a todos os agricultores que têm pouca terra — e áqueles que nada têm e a sabem e querem trabalhar — o suficiente para que dela tirem o seu sustento.

E essa terra existe, essa terra que pode e deve ser distribuída pelos pequenos e pequeníssimos agricultores, e pelos operários agrícolas, está nas mãos dum punhado de latifundiários que não a cultivam ou a cultivam mal.

Também para os rendeiros e parceiros tem de ser distribuída terra suficiente para o seu sustento e, antes de tudo, tem de ser revisto o sistema de arrendamento e abolidas as formas de exploração do tipo da parceria.

Será uma nova estrutura agrária, acompanhada de uma eficaz ajuda técnica e financeira aos produtores e dum incentivo constante à criação de cooperativas agrícolas, que abrirá um caminho novo à lavoura portuguesa e aos campo-

neses de Portugal.

Mas para chegarmos a esse caminho é necessário que desde já a grande massa dos camponeses, não só os operários agrícolas mas também todos os que são sacrificados pelo salazarismo, lute decidida e abnegadamente pelos seus interesses.

Numa altura em que por todo o campo já não é possível ao salazarismo impedir que se levantem vozes a protestar e a exigir, é necessário que os camponeses se unam e coloquem abertamente a necessidade dum REFORMA AGRÁRIA.

É NECESSÁRIO CRIAR COMISSÕES PARA O RECENSEAMENTO

No próximo ano vão realizar-se eleições para deputados. Como se sabe o governo salazarista querará fazer dessas eleições uma nova burla. Só com uma acção organizada e decidida da parte do povo se poderá conseguir que as próximas eleições respeitem a vontade dos povos.

Entretanto no próximo dia 2 de Janeiro abre o recenseamento eleitoral, isto é, a inscrição de todos os cidadãos que têm direito a voto nos cadernos eleitorais. Por todo o lado há muitos portugueses que tendo esse direito não estão inscritos, quer porque nunca se inscreveram, quer porque foram arbitrariamente riscados dos cadernos.

Daqui resulta que a primeira grande batalha para que o próximo acto eleitoral seja uma expressão séria da vontade popular trava-se no recenseamento. É necessário levar todos os cidadãos a recensearem-se e para conseguir isso é indispensável que se formem Comissões para os esclarecer e mobilizar.

Em todas as freguesias rurais os camponeses têm de se juntar e combinar como actuar.

O recenseamento, que se faz nas Juntas de Freguesia, é uma operação legal a que as Juntas não podem recusar-se a não ser incorrendo em grande ilegalidade. No entanto é vulgar pôrem obstáculos ao recenseamento. Esses obstáculos vencem-se com a organização e mobilização das massas.

Camponeses! Formemos Comissões de Recenseamento em todas as freguesias para esclarecer e ajudar todos os que têm direito a voto a inscreverem-se nos cadernos eleitorais!

43º Aniversário da REVOLUÇÃO SOCIALISTA

No dia 7 de Novembro comemorou-se o 43º Aniversário da Revolução de Outubro que para a Hu-

manidade marcou o início de uma nova época. Pela primeira vez na História se iam pôr em prática os ensinamentos teóricos dos fundadores do comunismo, os grandes amigos do povo Marx e Engels.

A grande Revolução de Outubro teve à sua frente o genial Lênine que soube utilizar e enriquecer as doutrinas de Marx e Engels.

A aliança do proletariado com o camponato, que Lênine tão intransigentemente preconizou, defendeu e fomentou, foi um dos alicerces em que assentou a Revolução de Outubro e foi fundamental para o seu êxito.

São decorridos 43 anos e os êxitos alcançados pelos povos da União Soviética falam por si. Dum país atrasado, a União Soviética transformou-se numa grande potência que em breve ultrapassará na produção industrial o mais forte país imperialista, os Estados Unidos da América do Norte, à frente do qual já hoje se encontra nos campos da ciência, da técnica, militar, etc.

«O Camponês», representando o sentir das massas camponesas de Portugal, saúda os povos da União Soviética pela passagem do 43º Aniversário da Grande Revolução de Outubro e deseja-lhe novos êxitos em todos os campos de actividade e em particular na luta pela Paz que com tanta persistência e sabedoria a União Soviética encabeça.

POR UMA AMPLA AMNISTIA POLITICA

A partir de Setembro o movimento por uma Ampla Amnistia ganhou animação e tornou-se uma verdadeira campanha nacional. Va-

(continua na 2ª pág.)

GREVE DE TRES DIAS dos operarios agricolas de Alpiarça

Em ALPIARÇA, durante as vindimas, o patronato só queria pagar 12\$00 às mulheres e 25\$00 aos homens, do nascer ao pôr do Sol. Os trabalhadores reclamaram, para as mulheres, 15\$00 ao Sol alto e 20\$00 ao Sol baixo, e para os homens, 30\$00 ao Sol alto e 40\$00 ao Sol baixo.

Como os patrões mantivessem as jornas de fome, os operários agrícolas, homens e mulheres, recusaram-se a trabalhar e estiveram três dias em greve. Após esses dias conseguiram conquistar as jornas de 19\$00 para as mulheres e 38\$00 para os homens, do nascer ao pôr do Sol.

Esta importante luta dos trabalhadores de Alpiarça é um exemplo vivo para todos os operários agrícolas de que quando se está unido e se luta com firmeza conquistam-se melhores jornas e faz-se recuar a exploração que sofremos.

OUTRAS LUTAS DOS OPERÁRIOS AGRÍCOLAS

Em FOROS DA BRANCA um rancho de 20 trabalhadores que andava na pesagem da cortiça na propriedade Porto das Mestras lutou contra as manobras do patrão que queria dar só meia hora de Sol quando o tratado era de 2 horas. Os trabalhadores, quando chegou a hora combinada, largaram o trabalho mesmo contra a vontade do patrão.

Em MONTEMOR-O-NOVO um rancho de trabalhadores que andava a trabalhar nas carvoarias por conta do carvoeiro Brejos, ganhava 25\$00 mas lutou e conquistou 30\$00.

Em ALPIARÇA as mulheres têm-se recusado a trabalhar do nascer ao pôr do Sol por 20\$00. Lutam por 15\$00 mas com um horário diferente, pegar com o Sol já alto e largar com o Sol ainda alto.

Um rancho de trabalhadores da região de FIGUEIRA DE CAVALEIROS, que trabalhava na Torriinha (Alcarcer do Sal) não permitiu que o agrário continuasse a insultá-los recusando-se, todos unidos, a continuar a trabalhar para ele. O agrário não lhes queria pagar as passagens de regresso mas teve de ceder perante a unidade e a firmeza dos trabalhadores.



VAMOS LÁ CONVERSAR, Ó ZÉ!

—Hoje vens com cara de zangado, Toino. Parece que todos te devem e ninguém te paga.

—Quem não se há-de ralar, Zé? Estamos a passar meses de desemprego, a passar fome a maior parte do ano, sem ganhar um vintém com que sustentar mulher e filhos. E quando conquistamos trabalho, lá vamos com umas pesadas picaretas para as estradas chamadas «da fome» cavar em terra e rocha dura que ao cabo dum dia de faina, a pesada picareta cai desamparada para um lado e um homem desanda para o outro. E tudo isto por uma jorna de 18 ou 20\$00. Como é possível, com esta jorna, a comer pão e tomates, ter forças para trabalhar? É por isto que eu ando arreluíado. Entendo que é tempo e mais que tempo da malta levantar cabeça e não ir trabalhar para o governo ou para o agrário por menos de 30\$00.

—Lá isso é verdade, Toino. 30\$00 não é nada para comprar o essencial, quanto mais os 20\$00? E mesmo esta jorna miserável não é para todos pois há muitos companheiros que suportam o desemprego.

—Porque se dá esta situação de uns trabalharem com jornas de fome e outros parados sem ganharem um tostão?

—Olha, Toino. Esta situação é antes de mais o fruto de no nosso país o governo ser inimigo dos trabalhadores. É um governo dos muito ricos que têm enriquecido e continuam a enriquecer à custa de não termos trabalho e de recebermos jornas de fome. E, como sabes, o governo está sempre atento para que os trabalhadores não lutem contra a sua desventurada situação. Por outro lado esta situação pode-se modificar desde que os trabalhadores se unam e, vencendo o receio, conscientes de que nada têm a perder a não ser a fome e a miséria, lutem decididamente pelas suas tão justas aspirações.

—Tens razão, Zé! Quantas vezes vamos para o trabalho sem sequer termos jorna estabelecida, ficando assim à mercê da jorna que no trabalho nos dão! E, depois, quando estamos desempregados não nos unimos e lutamos com força para conquistar trabalho.

—Mas nem sempre isso sucede assim, Toino! Olha que a esse respeito muitos dos nossos companheiros têm larga experiência que lhes há-de servir no futuro para conquistar os 30\$00, pois esta é a jorna mínima a estabelecer num contrato colectivo de trabalho. O que é necessário é alargar muito e muito a nossa unidade. Se tu, Toino, comigo e com todos os trabalhadores que compreendem a necessidade da unidade, prosseguirmos sempre no esclarecimento dos nossos companheiros, não nos zangando porque eles não nos percebem logo à primeira vez, e ao mesmo tempo mostrando-lhes, com as lutas, como é possível unir e conquistar os nossos objectivos, se prosseguirmos constantemente por este caminho, então a nossa unidade alargará-se a sempre e havemos de acabar com a nossa vida de fome e miséria.

—Está bem, Zé. Vamos continuar a unir e a lutar. E agora bem preciso é pois temos de conquistar trabalho, e trabalho que não seja pago com jornas que não estão de modo algum de acordo com os preços de todas as coisas. Vou já tratar disso.

—Sim, Toino. Vamos conversar com os nossos companheiros para combinar a acção a conduzir pela conquista de um salário mínimo de 30\$00.

TRABALHADORES DAS BEIRAS E ALGARVE! EXIGI AS JORNAS ESTABELECIDAS PELOS TRABALHADORES PARA ONDE VOS DESLOCAIS

A falta de trabalho, a fome e a miséria os baixíssimos salários que são pagos nas regiões das Beiras e do Algarve, são as principais causas da deslocação temporária de milhares de trabalhadores, que em ranchos vêm trabalhar para o Alentejo e Ribatejo, na ilusão do ganho de mais uns tostões que muitas vezes nem sequer chegam a diminuir as dívidas contraídas. Estes ranchos são contratados por agentes do grande capital agrário, que oferecem pagar um salário muito abaixo do salário pago no Alentejo e Ribatejo e com falsas doces prometem boa comida, boas instalações e trabalho fácil. Mas a triste realidade é bem outra. Os

trabalhadores deslocam-se e com essa deslocação começa o seu martírio, que na época de inverno dura meses.

No ano passado foram para a região de Alcácer do Sal, centenas de trabalhadores das Beiras. Alguns dos componentes dos ranchos eram mocinhos da idade de doze anos. O trabalho faz lembrar o trabalho escravo de outros tempos. Homens e crianças trabalham descaçados, enterrados na lama, debaixo de um frio cortante. A boa alimentação prometida era de duas refeições por dia. A primeira, de sardinha salgada já podre e pão de milho (broa), e a segunda, de trinca de arroz. A promessa de boas instalações ficou em barracas de madeira, levantadas no campo, sem o mínimo de condições de higiene e conforto. O salário pago foi de 250\$00 por mês, para um trabalho de sol a sol. A sardinha podre, a fome, o frio e a dureza do trabalho fizeram adoecer numerosos trabalhadores que tiveram de ser internados no hospital. Alguns trabalhadores que protestaram contra esta bárbara exploração foram espancados e um deles foi para o hospital. As queixas junto da G.N.R. e das autoridades locais, não deram qualquer resultado e os queixosos foram ainda por cima ameaçados. Crianças foram vistas a chorar de desespero, mas à aproximação de alguém procuravam sustar as lágrimas com o receio de serem espancadas; só ao fim de alguns minutos de conversa se lhes ganhava a sua confiança e ouvia-se-lhes dizer, com firme determinação que preferiam morrer, a regressar no ano seguinte para semelhante inferno.

CARTA DUM LEITOR

passa a nossa agricultura?
Porque não se lutam todos os rendeiros e lutam unidos contra a miséria que passam e a ruína completa a que são levados?
Um camponês de Lagos

AINDA SOBRE AS COMEMORAÇÕES DO 5 DE OUTUBRO

Além do que já noticiamos no número anterior chegaram-nos mais as seguintes informações.

No CABEÇO dezenas de democratas confraternizaram dando vivas à República e à Liberdade e cantaram o Hino Nacional.

Em ALPIARÇA muitos democratas foram prestar homenagem à memória de José Relvas junto da sua sepultura. A noite fizeram um jantar de confraternização onde vitoriam a Democracia e a Liberdade.

Em MONTEMOR-O-NOVO muitas pessoas não trabalharam no dia 5 de Outubro. Durante todo o dia houve romagem ao cemitério enchendo de flores as campas de Germano Vidigal e José Adelino dos Santos, dois democratas assassinados pelas forças repressivas do salazarismo.

Em CABEÇO DE VIDE, pela manhã duas bandas de música percorreram as ruas da via e foram lançados muitos foguetes e morteiros. A GNR apareceu para prender os organizadores da comemoração que foram horas depois postos em liberdade em virtude dos protestos havidos.

Em VILA NOVA DA RAINHA um rancho de 40 trabalhadores que andava na ceifa do arroz não trabalhou nesse dia. Todos festejaram a data com um baile de confraternização onde foi cantado em coro o Hino Nacional e dados vivas à Liberdade.

Em ALCÁÇOVAS, ALJUSTREL e outras localidades as populações lançaram muitos foguetes.

Terras houve, como CORUCHE, ESTREMOZ, etc., onde as autoridades arbitrariamente proibiram quaisquer manifestações ameaçando com a repressão.

AMNISTIA POLÍTICA

(continuação da 1ª pag.)

rios jornais deram a sua adesão e e em muitas terras fizeram-se amplas recolhas de assinaturas quer de porta em porta quer nas empresas. Sabemos que milhares de assinaturas reclamando essa Amnistia foram entregues às autoridades salazaristas.

Dado o largo movimento que se criou o governo não pode deixar de dar uma resposta a este apelo popular. Por isso foi concedida uma Amnistia. Mas embora tenha atingido alguns casos, no entanto ela não corresponde de forma alguma ao que tão insistentemente tem sido reclamado. Foram amnistiados algumas pessoas que não estavam presas mas nenhum dos presos saiu para fora das grades.

Embora o que se conseguiu seja o fruto do movimento popular, a luta por uma **AMPLA AMNISTIA POLÍTICA** continua. Ao aproximar-se o Natal decerto a campanha se intensificará.

Se se souber levar tal campanha para junto das massas recolhendo muitos milhares de assinaturas, se se souber pressionar com insistência todas as autoridades, se se souber pôr bem em evidência o anseio de todo o nosso povo de que seja alcançada uma **Amplia Amnistia Política**, então o governo será obrigado a concedê-la.

Campanha de auxílio para «O Camponês»

As camponesas de Montemor odeiam Salazar....	20\$00	Povo vence.....	20\$00
Os camponeses de Montemor lutam.....	20\$00	Viva a Reforma Agrária..	104\$00
Pastor amigo.....	25\$00	Viva a luta camponesa..	131\$00
Pela Reforma Agrária..	15\$00	Viva o jornal	
		«O Camponês»...	25\$00
			360\$00

Trabalhadores das Beiras e Algarve, unidos exigi trabalho junto das Casas do Povo e das autoridades locais das vossas terras. Nas vossas concentrações, fazei acompanhar-vos de vossas mulheres e filhos. Não vos deixeis iludir pelas promessas dos que ao serviço dos grandes agrários, vos contratam para trabalho ncutras regiões, Exigi um contrato escrito das condições de trabalho, de alimentação e alojamento. Que nestes contratos fique escrito que vos será pago um salário igual ao que é pago aos trabalhadores das regiões para onde forem trabalhar. Defendei as jornas mínimas de 30\$00 para os homens e 20\$00 para as mulheres, nas oito horas de trabalho, que são as jornas apresentadas pelos trabalhadores alentejanos e ribatejanos na sua luta por um Contrato Colectivo de Trabalho.

Tal como sucedeu na região de Alcácer, os vossos protestos e queixas junto das autoridades salazaristas, não serão levados em conta, quando apresentados numa base individual. É necessário lutar unidos, pois só a união faz a força.

Trabalhadores do Alentejo e Ribatejo, o inimigo não é o trabalhador dos ranchos das Beiras e do Algarve, que muitas vezes iludido aceita trabalho, nas vossas regiões, por uma jorna de fome. A este há que ajudá-lo através de muito esclarecimento. Deveis transmitir-lhe a vossa rica experiência de anos de luta e todos unidos lutar contra o inimigo comum. Todos unidos lutar por jorna igual e pelo Contrato Colectivo de Trabalho.